

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017
(Do Senhor Chico Lopes)

Requer Audiência Pública para tratar da atual distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Fundeb, contidos na portaria 565/2017 do MEC.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir a atual distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Fundeb, contidos na portaria 565/2017 do MEC.

Justificação

Nesta segunda-feira, 24 de abril, foram publicados no Diário Oficial da União (DOU), por meio da portaria 565/2017, os valores do ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2016. Acontece que Maranhão, Ceará, Bahia e Paraíba não terão ajustes positivos nas contas dos municípios e dos Estados. Diante dessa situação, é necessário encontrar alternativas para evitar maiores dificuldades financeiras para as gestões municipais e para os governadores. De acordo com a portaria do Ministério da

Educação o Estado do Maranhão, perde R\$ 224 milhões; o Ceará 164 milhões; a Paraíba 35 milhões e a Bahia 70 milhões.

O ajuste do Fundeb consiste no cálculo da diferença entre o montante da receita transferida ao Fundo e o montante da receita arrecadada em 2016, ou seja, é o acerto entre a receita estimada e a realizada.

Dos nove estados beneficiados com a complementação da União ao Fundeb e a complementação ao piso, apenas cinco terão ajuste positivo. São eles: Alagoas, Amazonas, Pará, Pernambuco e Piauí. Os outros quatro Estados - Bahia, Ceará, Maranhão e Paraíba - terão ajustes negativos em suas contas.

Diante do exposto, solicitamos que sejam convidados para dar os esclarecimentos devidos os representantes: Ministério da Educação; Confederação Nacional do Municípios (CMN); Associações dos Prefeitos dos Estados do Ceará; Maranhão; Bahia e Paraíba.

Sala da Comissão, em de abril de 2017

CHICO LOPES

Deputado Federal - PCdoB